

Floresta familiar, floresta externalizada e floresta entregue a si própria. A gestão dos proprietários e os territórios rurais

MARIA JOÃO CANADAS e ANA NOVAIS

*Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa
Centro de Estudos Florestais (CEF)*

1. Introdução

Os incêndios rurais de 2017, com consequências trágicas e irreparáveis, trouxeram para o debate público não apenas a contabilidade dos danos, como sobretudo a premência de medidas que obviem a sua repetição. É neste contexto que se multiplicam diagnósticos, nos quais se aflo-ram questões como a da gestão da carga combustí-vel do espaço florestal e a da vulnerabilidade demo-gráfica e económica dos territórios rurais e das suas populações.

Nesse debate, nem sempre se tem em devida conta o facto de a larga maioria do espaço flo- restal ser em Portugal detido por proprietários privados não industriais (PNI), estando a concre- tização de quaisquer medidas de gestão florestal dependente das práticas, objetivos e possibilida-

... nem sempre se tem em devida conta o facto de a larga maioria do espaço florestal ser em Portugal detido por proprietários privados ... estando a concretização de quaisquer medidas de gestão florestal dependente das práticas, objetivos e possibilidades desses proprietários. O conhecimento destas práticas e do modo como se diferenciam por territórios rurais é então muito relevante, mas apesar disso muito escasso.

des desses proprietários. O conhecimento destas práticas e do modo como se diferenciam por ter- ritórios rurais é então muito relevante, mas apesar disso muito escasso.

Considera-se, assim, oportuno divulgar aqui alguns resultados dum trabalho já publicado em que se identi- ficaram padrões locais da gestão florestal dos proprie- tários e se estabeleceu a sua relação com os territórios rurais onde ocorriam¹. Lem- bra-se que essa análise foi realizada sobre uma base

de dados que se reporta a 1999/2000, mas perma- nece até hoje como única porque a mais completa sobre os proprietários florestais portugueses²).

¹ Canadas e Novais, 2014a.

² Baptista e Santos, 2005.

O objetivo do presente texto é então o de abordar a relação entre gestão florestal e territórios rurais. Começa-se com uma sumária revisão do tema (na qual se minimizam referências bibliográficas), em seguida passa-se à caracterização dos padrões locais de gestão florestal, à sua associação aos atributos socioeconómicos dos territórios rurais, e remata-se com uma breve discussão. Nesta, respeitando o trabalho original³, a referência ao problema dos incêndios reporta-se a um período que não excede em muito o início dos anos 2000.

2. Floresta, rural e desenvolvimento

Na relação entre rural e floresta duas vertentes de análise podem ser destrinçadas. A primeira diz respeito ao lugar da floresta no desenvolvimento rural e é marcada pela evolução das expectativas quanto ao papel da floresta no rural.

Na Europa, a visão da floresta como fornecedora de matéria-prima e criadora de emprego e rendimento no rural acentua-se a partir da década de 1980, quando se torna mais patente o abandono de área agrícola e a redução do peso relativo da agricultura no emprego e rendimento da população rural. Em 1988, a Comissão Europeia refere que a floresta cria uma variedade de empregos que devem ser considerados na estratégia de desenvolvimento das zonas rurais, de modo a reter população e melhorar o seu nível de vida. As limitações deste projeto depressa se foram evidenciando. Prendem-se com o acentuado decréscimo do emprego no setor, que por essa mesma altura se observa, relacionado com a expansão da meca-

nização das operações na floresta e indústria florestal, em paralelo à crescente mobilidade inter-regional da força de trabalho.

À anterior visão do papel da floresta no rural, sucede-se então uma outra que enfatiza novas ou renovadas funções da floresta, como a conservação da natureza, biodiversidade e paisagem, a preservação do ambiente e o suporte para atividades de lazer e recreio. Longe de representar uma mera transformação do discurso político ou das expectativas da população urbana, esta nova visão seria já partilhada por muitos dos rurais e proprietários florestais. Elands e O’Leary (2002), por exemplo, argumentam que o principal contributo da floresta na Europa rural já não é o de ativo produtivo, dado que as populações rurais veem a floresta mais como Natureza e paisagem e menos como atividade económica.

De qualquer modo, na peugada do reconhecimento da diversidade do rural aceita-se também que as expectativas relativamente à floresta sejam distintas em vários tipos de rural. O alargamento do leque de benefícios da floresta para o rural é, assim, acompanhado pela aceitação da possibilidade de a floresta ser até encarada como negativa em alguns contextos rurais. Elands *et al.* (2004), nomeadamente, mostram como as perceções da população rural relativamente à floresta, como sendo prejudicial, indiferente ou benéfica à sua qualidade de vida, se associam a distintas perceções do rural. A floresta vista como prejudicial está associada à perceção tradicional do rural, das relações de parentesco e vizinhança, de paz e sossego. Pelo contrário, a floresta encarada como benéfica associa-se à visão do local como sobre-desenvolvido, com atratividade residencial e disponibilidade de serviços.

Na relação entre rural e floresta duas vertentes de análise podem ser destrinçadas. A primeira diz respeito ao lugar da floresta no desenvolvimento rural e é marcada pela evolução das expectativas quanto ao papel da floresta no rural.

³ Canadas e Novais, 2014a e 2014b.

A segunda vertente da relação entre floresta e rural tem a ver com a influência do tipo de rural, via sociabilidades e cultura local, nas práticas e objetivos de gestão dos proprietários, e tem recebido parca atenção. Karppinen (1998) sugeriu que as diferenças culturais entre territórios, em particular o peso dos valores agrários tradicionais, concorrem para a diferenciação de objetivos dos proprietários PNI. Socorrendo-se da noção de estilos de vida, Ziegenspeck *et al.* (2004) consideram a ruralidade/urbanidade dos proprietários mais relevante na diferenciação dos seus objetivos do que a dualidade agricultor/não agricultor.

Estas duas vertentes de análise norteiam a leitura que neste texto se faz da relação entre práticas de gestão e tipos de rural. Por um lado, averigua-se se a diferentes tipos de rural se associam distintos padrões de gestão da floresta. Por outro lado, traz-se o conhecimento das práticas de gestão dos proprietários para a discussão do contributo da floresta para o desenvolvimento e qualidade de vida rurais.

3. Dos modelos de trabalho aos padrões locais de gestão florestal

Utilizou-se informação relativa a 2 406 proprietários PNI do Continente português, recolhida em 26 freguesias ilustrativas da diversidade da floresta e do rural (Baptista e Santos, 2005).

A identificação de padrões locais de gestão florestal compreendeu uma primeira etapa de definição

dos modelos de trabalho dos proprietários com recurso à análise de *clusters*⁴. O modelo de trabalho

refere-se ao sistema das principais operações culturais realizadas – limpeza de mato, realização da produção (corte final, descortçamento ou colheita da castanha) e intervenções no povoamento (desbaste ou seleção de varas, poda ou desramação) –, é transversal à espécie florestal dominante (pinheiro bravo, eucalipto, sobreiro, azinheira, castanheiro e carvalho), e representa conjuntos de práticas comuns a vários

proprietários. A caracterização destas práticas incluiu a identidade do responsável pelo acompanhamento e execução, o tipo de força de trabalho e de equipamento e a posse do equipamento usado em cada operação cultural.

Identificaram-se sete modelos de trabalho que se distinguem pela combinação entre modos de realização da produção e da limpeza de mato, tal como indicado no Quadro 1.

Na segunda etapa, identificam-se os padrões locais

de gestão florestal, classificando os 26 territórios de acordo com perfis de distribuição dos proprietários pelos diferentes modelos de trabalho, através de uma análise de correspondências simples, seguida de uma análise de *clusters*. Chegou-se a quatro padrões que se denominaram *Floresta familiar*, *Floresta externalizada*, *Floresta entregue a si própria* e *Domínio do castanheiro* (Quadro 2) e que englobam respetivamente, 12, 6, 7 e 1 freguesias (Figura 1).

A segunda vertente ... tem a ver com a influência do tipo de rural, via sociabilidades e cultura local, nas práticas e objetivos de gestão dos proprietários, e tem recebido parca atenção.

A identificação de padrões locais de gestão florestal compreendeu uma primeira etapa de definição dos modelos de trabalho dos proprietários ...

... e representa conjuntos de práticas comuns a vários proprietários. A caracterização destas práticas incluiu a identidade do responsável pelo acompanhamento e execução, o tipo de força de trabalho e de equipamento e a posse do equipamento usado em cada operação cultural.

⁴ Novais e Canadas, 2010.

Quadro 1 - Identificação dos modelos de trabalho dos proprietários inquiridos

		Realização da produção		
		Não faz	Internaliza	Externaliza
Limpeza de mato	Não faz	NN Não limpam mato e Não realizam produção	NI Não limpam o mato e Internalizam a realização da produção	NE Não limpam mato e Externalizam a realização da produção
	Internaliza	IN Internalizam a limpeza de mato e Não realizam produção	II Internalizam a limpeza de mato e Internalizam a realização da produção	IE Internalizam a limpeza de mato e Externalizam a realização da produção
	Externaliza			EE Externalizam a limpeza de mato e Externalizam a realização da produção

O padrão *Floresta externalizada* caracteriza-se pela concentração (2/3) e maior presença relativa (mais de 1/3) dos proprietários que subcontratam a limpeza do mato e realizam a produção recorrendo principalmente a trator alugado e a trabalho assalariado ou, então, cedem a responsabilidade dessa operação ao comprador (modelo de trabalho *EE*). Também neste grupo se concentram os proprietários que limpam mato recorrendo a trabalho familiar ou assalariado e, com frequência, alugam trator e contratam traba-

Na segunda etapa ... Chegou-se a quatro padrões que se denominaram Floresta familiar, Floresta externalizada, Floresta entregue a si própria e Domínio do castanheiro ...

lho para a realização da produção (modelo *II*), mas que perfazem apenas 1/8 dos proprietários do grupo.

No grupo *Floresta familiar*, concentram-se os proprietários florestais inquiridos que recorrem ao trabalho próprio ou familiar para cuidar das matas e não realizam a produção (*IN*) ou entregam a responsabilidade desta ao comprador (*IE*), respetivamente, 4/5 e 3/4. Estes são também os modelos de trabalho mais representativos das florestas que aí se reúnem.

Quadro 2 - Padrões locais de gestão segundo o perfil de distribuição dos proprietários pelos modelos de trabalho

Padrões de gestão	Modelos de trabalho							Total
	NN	NE	NI	IN	IE	II	EE	
Floresta externalizada	9.3 (17.5)	17.1 (38.0)	14.3 (35.0)	2.9 (5.7)	8.3 (18.2)	12.9 (64.3)	35.0 (68.7)	100 (32.5)
Floresta familiar	15.5 (41.1)	12.3 (38.5)	6.4 (22.2)	29.6 (81.8)	24.3 (75.6)	2.8 (19.7)	9.1 (25.3)	100 (46.1)
Floresta entregue a si própria	37.9 (40.7)	18.5 (23.5)	17.4 (24.4)	10.9 (12.2)	4.9 (6.2)	4.9 (14.0)	5.4 (6.0)	100 (18.6)
Domínio do castanheiro	4.5 (0.7)		89.4 (18.4)	1.5 (0.2)		4.5 (1.9)		100 (2.8)
TOTAL	17.4 (100.0)	14.7 (100.0)	13.3 (100.0)	16.7 (100.0)	14.8 (100.0)	6.5 (100.0)	16.6 (100.0)	100

O padrão *Floresta entregue a si própria*, pelo contrário, caracteriza-se pela maior presença relativa e concentração dos proprietários que não concretizam qualquer operação produtiva nas suas florestas (NN) ou que não cuidam da floresta (não limpam o mato), externalizando (NE) ou internalizando (NI) a realização da produção. Finalmente, o grupo *Domínio do castanheiro*, compreende um único território, onde 9/10 dos proprietários florestais seguem o mesmo modelo de trabalho (NI).

4. Padrões locais de gestão florestal e territórios rurais

Numa terceira etapa, relacionaram-se os padrões locais de gestão florestal com as características dos territórios rurais. Recorreu-se à análise discriminante sobre uma matriz de variáveis quantitativas observadas nos 26 territórios que se distribuem pelos padrões de gestão antes identificados. As primei-

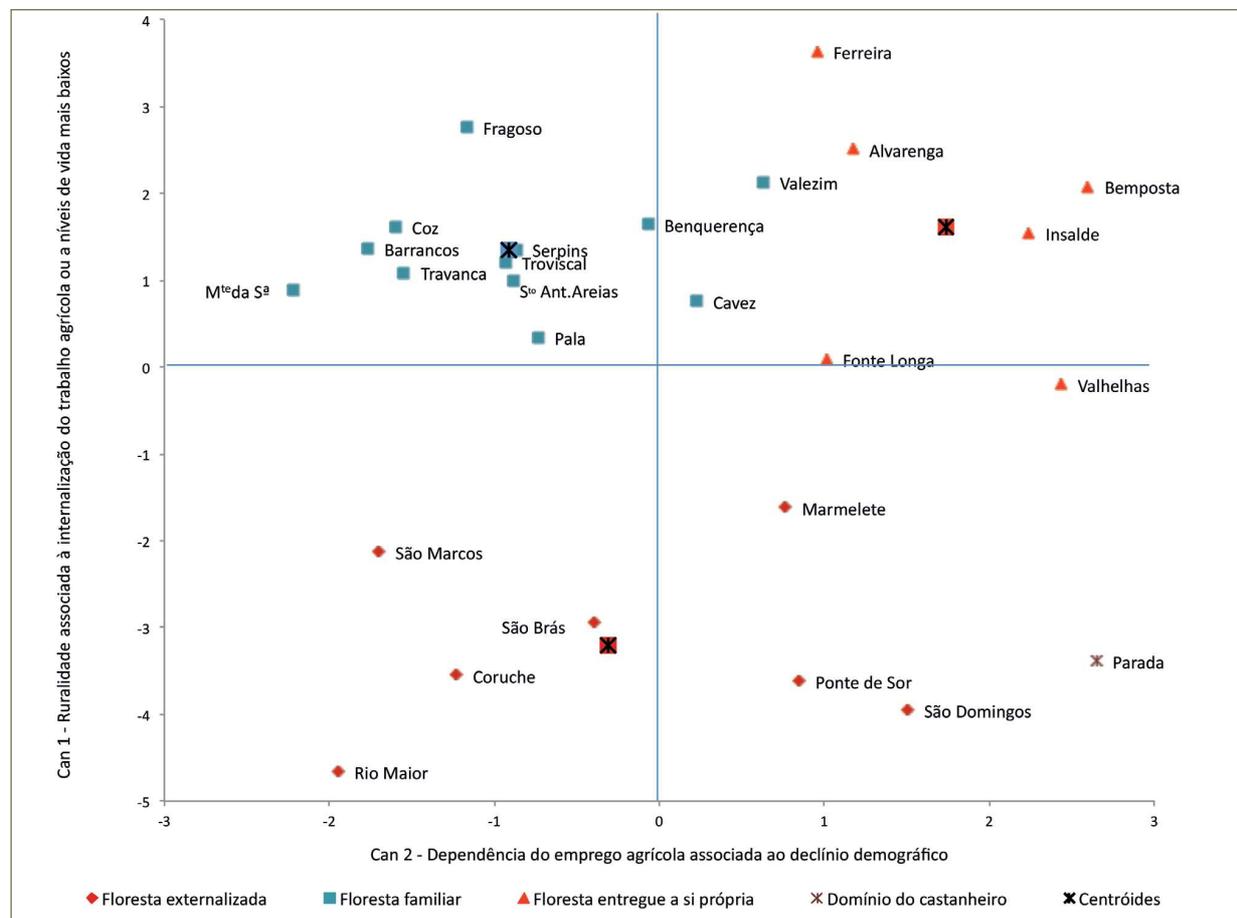
Numa terceira etapa, relacionaram-se os padrões locais de gestão florestal com as características dos territórios rurais

ras variáveis, baseadas sobretudo em informação estatística, ilustram dimensões socioeconómicas dos territórios como o tipo de rural (evolução da população, densidade demográfica, taxa de ruralidade, ativos agrícolas, poder de compra, escolaridade, envelhecimento), a economia florestal local (emprego no setor florestal, emprego na indústria florestal, oferta local de serviços à floresta) e as estruturas agrárias (área florestal média, peso das sociedades na área florestal, emprego e trabalho agrícola familiar, externalização do trabalho agrícola, rendimento agrícola, nível de mecanização). O subconjunto de variáveis que se apresenta é aquele que manifestou, em ensaios repetidos, maior poder discriminante dos *clusters* de padrões locais de gestão (Quadro 3).

O 1.º eixo discriminante (a 1ª função canónica) opõe o grupo *Floresta externalizada* aos grupos *Floresta familiar* e *Floresta entregue a si própria*

Quadro 3 - Padrões de gestão florestal. Estrutura canónica total

Variáveis observadas	Eixos discriminantes (funções canónicas)		
	Can1- Ruralidade associada a níveis de vida mais baixos	Can2 - Dependência do emprego agrícola associada ao declínio demográfico	Can3 - Dinâmica demográfica
Taxa de ruralidade	0.638	0.131	0.3428
Trabalho agrícola familiar	0.386	-0.006	0.3734
Rendimento agrícola	0.240	-0.374	0.0726
Evolução da população	0.234	-0.449	-0.6153
Densidade demográfica	0.164	-0.414	0.0920
Emprego no setor florestal	0.148	-0.156	-0.2295
Emprego agrícola familiar	-0.038	-0.192	0.2733
Área florestal média	-0.151	-0.158	-0.1118
Ativos agrícolas	-0.167	0.569	0.1920
Peso das sociedades	-0.327	0.048	-0.2685
Poder de compra	-0.474	0.142	0.2742
Externalização do trabalho agrícola	-0.581	0.215	0.1399

Figura 1 - Representação canónica dos grupos dos territórios segundo os modelos de trabalho

(Figura 1). Sobre este eixo, a “taxa de ruralidade”, a “externalização do trabalho agrícola” e o “poder de compra” são as variáveis dominantes (Quadro 3). O sinal positivo da primeira variável e negativo das outras duas sugere-nos designar esta função canónica por “Ruralidade associada à internalização do trabalho agrícola ou a níveis de vida mais baixos”. Com efeito, o agrupamento *Floresta externalizada* reúne os quatro territórios estudados que integram população urbana e verifica os valores médios mais altos dos indicadores de externalização do trabalho agrícola

e do poder de compra *per capita*. O 2.º eixo discriminante separa os agrupamentos *Floresta familiar* e *Floresta entregue a si própria* (Figura 1). Este eixo correlaciona-se mais, positivamente, com a variável “ativos agrícolas” e, negativamente, com as variáveis “densidade demográfica” e “evolução da população”. Designamo-lo por *Dependência do emprego agrícola associada ao declínio demográfico*. Assim, os territórios da *Floresta familiar* ficam associados a contextos socioeconómicos exclusivamente rurais, em que apenas uma parte muito pequena da popula-

A Floresta entregue a si própria tende a associar-se a contextos territoriais exclusivamente rurais, de baixa vitalidade demográfica e maior dependência do emprego agrícola. A Floresta familiar relaciona-se com territórios de maior vitalidade demográfica e menor dependência do emprego agrícola ... a Floresta externalizada associa-se a um rural com pequenos núcleos urbanos, que apresenta maior poder de compra e uma agricultura mais externalizada.

ção ativa se ocupa a título principal da agricultura, frequentemente com menores perdas ou maiores densidades demográficas. Por sua vez, os territórios *Floresta entregue a si própria* ligam-se a contextos em que uma proporção maior da população ativa depende da agricultura, e, frequentemente, em declínio demográfico. A 3.^a função discriminante canónica separa o *Domínio do castanheiro* dos restantes grupos.

Constata-se assim que as variáveis utilizadas para caracterizar os tipos de rural e a sua dinâmica demográfica assumem um lugar de destaque na diferenciação territorial da gestão dos proprietários. A *Floresta entregue a si própria* tende a associar-se a contextos territoriais exclusivamente rurais, de baixa vitalidade demográfica e maior dependência do emprego agrícola. A *Floresta familiar* relaciona-se com territórios de maior vitalidade demográfica e menor dependência do emprego agrícola. Por último, a *Floresta externalizada* associa-se a um rural com pequenos núcleos urbanos, que apresenta maior poder de compra e uma agricultura mais externalizada.

5. Rural, desenvolvimento e gestão da floresta

Com base nestes resultados, discute-se a relação entre gestão dos proprietários e territórios rurais e entre floresta e desenvolvimento rural e tecem-se conclusões.

Em primeiro lugar, os territórios simultaneamente de menor vitalidade demográfica e baixo nível de

vida, onde são mais reduzidas as alternativas ao emprego no setor primário, são aqueles onde a gestão dos proprietários é menos ativa e, por consequência, a floresta menos contribui para a criação de emprego e rendimento. O domínio de uma floresta que não dá trabalho ou emprego nem fornece matéria-prima, em suma, *entregue a si própria*, emerge nesta análise como reflexo da reduzida vitalidade do rural onde predomina.

Para o contexto português, não parece concretizar-se a expectativa criada a partir de finais de 1980, de que, nas zonas mais deprimidas demograficamente, a floresta pudesse contribuir para o desenvolvimento rural pelo aumento das oportunidades de emprego e rendimento e fornecimento de matéria-prima. O que acontece, não por efeito das tendências globais apontadas para o setor florestal, como a mecanização do trabalho e a sua subcontratação, mas simplesmente pelo padrão de gestão dos proprietários, dominante neste tipo de rural.

Pode-se ainda duvidar do contributo desta *Floresta entregue a si própria* para a qualidade de vida da população rural. Convém então lembrar que estamos perante povoamentos dos quais está ausente a gestão tradicional (com roça do mato, cortes seletivos e resinagem) e, conseqüentemente, com elevada carga combustível. Assim, há que atender à importância do risco de incêndio, quando se sabe que, dos quatro *clusters* de territórios considerados, a maior área ardida se observa na *Floresta entregue a si própria*. Este é, aliás, um

... os territórios simultaneamente de menor vitalidade demográfica e baixo nível de vida, onde são mais reduzidas as alternativas ao emprego no setor primário, são aqueles onde a gestão dos proprietários é menos ativa e, por consequência, a floresta menos contribui para a criação de emprego e rendimento.

É então para este tipo de rural, de reduzida vitalidade demográfica, baixo nível de vida e dependência do emprego agrícola que mais urge desenvolver e apoiar modalidades de gestão que permitam assegurar e remunerar uma gestão florestal sustentável.

aspecto do impacto negativo da floresta na qualidade de vida local já referido pela população rural no contexto português (Rodrigo e Canadas, 2009). É então para este tipo de rural, de reduzida vitalidade demográfica, baixo nível de vida e dependência do emprego agrícola que mais urge desenvolver e apoiar modalidades de gestão que permitam assegurar e remunerar uma gestão florestal sustentável.

Em segundo lugar, uma floresta que com maior probabilidade assegura rendimentos suficientes para custear as intervenções produtivas nela realizadas com trabalho remunerado, externalizado e/ou assalariado, como a *Floresta externalizada*, associa-se a territórios rurais com presença de pequenos núcleos urbanos ou maior poder de compra, mas que mesmo assim enfrentam, nalguns dos seus territórios, dinâmicas demográficas negativas. Reencontramos aqui a questão das limitações do contributo das estratégias de competitividade da agricultura e da floresta para o desenvolvimento rural e/ou dos níveis críticos de povoamento nestas zonas. Mas, se nem a agricultura de maior rentabilidade do trabalho agrícola tem sido capaz de contrariar a dinâmica demográfica negativa, muito menos o fará a floresta. As funções alternativas à produção de bens, não sendo grandes criadoras de emprego, também não contrariam esta situação.

Por um lado, evidenciou-se que a capacidade de os recursos florestais concorrerem para o emprego e rendimento, fornecerem matéria-prima para a indústria transformadora, ou até prestarem outros serviços, se diferencia por tipos de rural. A gestão florestal é territorialmente diferenciada, ou seja, o

A gestão florestal é territorialmente diferenciada, ou seja, o contexto social local ainda é parte da explicação das práticas de gestão dos proprietários florestais.

... a articulação entre gestão florestal e territórios ocorre mais via estruturas e dinâmicas sociais locais (tipo de rural e estruturas agrárias) do que via economia florestal local.

contexto social local ainda é parte da explicação das práticas de gestão dos proprietários florestais.

Por outro lado, constatou-se que a articulação entre gestão florestal e territórios ocorre mais via estruturas e dinâmicas sociais locais (tipo de rural e estruturas agrárias) do que via economia florestal local. Conclui-se que, mesmo não havendo economias florestais locais, há vidas sociais locais com implicações até mais fortes no modo como os proprietários privados não industriais gerem a floresta.

Referências Bibliográficas

- Baptista, F. e Santos, R. (2005) *Os proprietários florestais*, Oeiras, Celta.
- Baptista, F. (2010) *O espaço rural: declínio da agricultura*, Lisboa, Celta.
- Canadas, M.J., Novais, A. (2014a) Proprietários florestais, gestão e territórios rurais. *Análise Social* 211:2182-2999.
- Canadas, M.J. e Novais, A. (2014b) Bringing local socioeconomic context to the analysis of forest owners' management. *Land Use Policy* 41:397-407
- Elands, B., O'Leary, T., Boerwinkel, H. e Wiersum, F. (2004) Forests as a mirror of rural conditions: local views on the role of forests across Europe. *Forest Policy and Economics* 6: 469-482.
- Karpinen, H. (1998) Objectives of non-industrial private forest owners: differences and future trends in southern and northern Finland. *Journal of Forest Economics* 4:147-174.
- Novais, A. e Canadas, M. J. (2010) Understanding the management logic of private forest owners: a new approach. *Forest Policy and Economics* 12: 173-180.
- Rodrigo, I. e Canadas, M. J. (2009) Componente social da certificação florestal: a utilização de metodologias participativas na sua avaliação. In F. Baptista, R. Jacinto e T. Mendes (coord.), *Floresta Viva: Património de Futuro*, Proença-a-Nova, Centro de Ciência Viva, pp. 63-84.
- Ziegenspeck, S., Hårdter, U. e Schraml, U. (2004) Lifestyles of private forest owners as an indication of social change. *Forest Policy and Economics* 6: 447-458.